

UMA DISCUSSÃO SOBRE MIGRAÇÃO E SEGREGAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

Carine Fraga¹, Yuri Gagarin Sabino¹, Antônio Carlos M. Guimarães², Marco Antônio Villarta Neder²

1,2 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IP&D – Universidade do Vale do Paraíba
Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos – SP
E-mail: carine_fraga@terra.com.br; yurisabino@gmail.com; guimarães@univap.br; marcovillarta@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho discute os fenômenos da migração e segregação social no município de São José dos Campos. Considera que a cidade exerce uma função polarizadora do ponto de vista econômico, político, social, demográfico e cultural no Vale do Paraíba paulista. Exerce sobre as demais cidades da região forte poder de polarização e atração de contingentes populacionais, em busca de oportunidades de emprego e estudo. E em face de seu alto grau de industrialização destaca-se como uma das mais importantes cidades do Estado de São Paulo. Para o contexto do presente trabalho discute-se a migração qualificada, ou seja, aqueles indivíduos com escolaridade entre o ensino médio e nível superior, a migração não qualificada e a formação de redes sociais, que configuram espaços de segregação social. Enfatiza ainda que as duas grandes motivações para a migração são a busca por emprego e por estudo.

Palavras-chave: migração, migração qualificada, segregação
Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O trabalho discute os fenômenos da migração e segregação no município de São José dos Campos. Considera que a cidade exerce uma função polarizadora do ponto de vista econômico, político, social, demográfico e cultural no Vale do Paraíba. Exerce sobre as demais da região forte poder de atração de contingentes populacionais em busca de oportunidades de emprego e estudo e destaca-se como uma das importantes cidades do Estado de São Paulo.

Dessa forma, como cidade polarizadora do desenvolvimento econômico e social da região, tende a atrair fortes contingentes populacionais.

O fenômeno da migração enseja alguns aspectos relevantes a serem considerados: a) altera a dinâmica da taxa de crescimento da população; b) alteração a composição (sexo, idade, renda, escolaridade entre outras variáveis) da população ao longo do tempo; c) cria pressões (demandas) adicionais sobre os serviços de utilidades públicas (educação, saúde, saneamento etc.) e d) outros aspectos e repercussões decorrentes das migrações.

Metodologia

O artigo é de natureza descritiva, fundamentando-se numa revisão bibliográfica sobre o assunto, fazendo-se uso de dados coletados junto ao IBGE, livros, revistas e artigos. Os estudos descritivos transmitem uma constatação, enriquecida muitas vezes com cruzamento de informações, de modo que se possa visualizar um campo mais amplo de observação.

Resultados

A tabela 1 apresenta alguns resultados iniciais do levantamento realizado. Os dados da amostra sugerem que no ano de 2000 cerca de 13,2% da população joseense era constituída de migrantes. Por outro lado, os maiores contingentes estavam nas faixas de 3 a 5 anos (36,60%) e 6 a 9 anos (31,98%). Essas faixas de tempo de permanência representavam 68,58% dos migrantes. Os dados sugerem ainda que esse fluxo migratório estabeleceu-se nos 10 anos anteriores, ou seja, na década de 1990, período que coincide com uma forte expansão do PIB e mudanças (também fortes) na sua composição.

Tabela 1- Tempo de permanência dos migrantes

Tempo	Número	Participação %
Menos de 1 ano	4.524	5,86
1 a 2 anos	19.717	25,56
3 a 5 anos	28.233	36,60
6 a 9 anos	24.669	31,98
Total	77.144	100

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Discussão

Migração e Migração Qualificada

Segundo Valim (1996), a migração é um processo histórico que se ocorre há diversos séculos, e se dá por diversos motivos, mas tem como sentido principal a troca de região, país, estado ou até mesmo domicílio.

Migrar faz parte do direito de todo indivíduo, pois este pode ir e vir a qualquer momento de sua vida. Porém, a questão da migração envolve muita polêmica, que gira em torno das condições em que ocorrem esses processos migratórios: se de um modo livre, que assim está se exercendo este direito ou se de modo obrigatório, que tende a realizar interesses políticos e econômicos desumanos, visando sempre o capital, sendo algumas vezes nacional e outras estrangeiro, marcando cada vez mais esse enorme abismo que existe entre o mundo da riqueza e o mundo da pobreza.

Harris e Todaro (1970), em sua pesquisa nos descrevem um modelo de migração, onde a renda de muitas regiões são exógenas, sendo dessa forma independente do fluxo de agentes econômicos em determinado local. Outros modelos atribuem a decisão das pessoas mudarem de seu local de origem tendo como fator motivacional o aumento de renda. O que estes modelos têm em comum é que os fatores de migração são em base econômica.

Existem outros motivos relevantes que geram a migração, como segurança, melhores postos de trabalho, salubridade, condição de moradia, expectativa de vida, entre outras.

Fatores econômicos, sociais e políticos desfavoráveis para determinado grupo de pessoas em uma região pode ser um grande atrativo para pessoas de outra localidade. Na verdade, é possível determinar o fator mais importante que impulsiona a migração através da análise do perfil do migrante. Golgher et al. (2005) versa que os fatores de repulsão (push) são mais relevantes para o caso do migrante de menor poder aquisitivo. Em outras palavras, o migrante pobre decide migrar mais por fatores que o expulsam da localidade de origem do que por fatores de atração (pull) da região de destino. O contrário é válido para o caso dos migrantes de maior poder aquisitivo.

Conforme abordado, várias são as teorias que procuram explicar ou justificar o movimento de pessoas entre as regiões dentro de um mesmo país ou de países distintos. Conforme Soares (2002) o dinamismo do mercado de trabalho é a primeira relação a ser analisada, pois quanto maior o salário do município, maior será a qualificação de seus migrantes.

Migrantes qualificados tendem a ir para lugares com boa escolaridade, a qual o modelo é medido por anos de estudo. Esta característica mostra-nos que tais localidades valorizam o capital humano e a maioria passou a ter esta exigência por imigrantes que vieram anteriormente, na fase de sua origem.

Sendo assim, conforme analisa Borjas (2000), o capital humano do migrante completa a aquisição de mais capital humano.

Migrantes qualificados procuram cidades onde a disparidade de renda é menor, pois estes locais são grandes nichos de oportunidades. O migrante qualificado aqui é considerado todo qualquer indivíduo com nível superior completo ou em curso.

Nessa discussão podemos remeter à reflexão de Singer (1998), que argumenta que a demanda por força de trabalho, evidentemente com as mudanças técnicas da industrialização, fica condicionada ao tamanho e à composição do produto gerado pela economia urbana.

Ou seja, o tamanho do PIB local e, sobretudo, sua composição (predominância da indústria e dos serviços especializados), geram condições de atratividade de mão-de-obra, mas apresentam uma dinâmica associada ao mercado nacional e internacional.

A análise dos dados (das duas últimas décadas) de crescimento evolutivo do PIB e PIB *per capita* de São José dos Campos permite-nos confirmar que, à medida que cresceu seu produto e modificou-se bastante sua composição, o município passou a atrair mais contingentes de migrantes em busca de ocupação, sejam eles qualificados ou não qualificados,

Segregação Social

Ao atrair fortes contingentes de migrantes criam-se as condições ou fatores que desencadeiam a criação de redes sociais urbanas. Para Torres e Marques (2001), a literatura no Brasil sobre este assunto, está muito mais focada na área de desigualdade e injustiça na distribuição de renda do que na separação de grupos sociais.

Uma importante consequência da desigualdade e segregação social é o efeito “hiperperiferia”, que ocorre do efeito cumulativo dos riscos sociais e existem três causas para este fenômeno.

A primeira diz respeito ao mercado de trabalho e à estrutura social. Para Valladares e Coelho (1987) a natureza da estrutura social brasileira e seu mercado de trabalho, bem como as transformações no mesmo, explicam a segregação social, pois poucos têm acesso à educação qualificada, fazendo desta forma que estes se desenvolvam junto com as cidades e o restante da população menos afortunada seja descartado.

A segunda causa relaciona-se ao mercado imobiliário e da produção de moradias, ou seja, a produção e apropriação capitalista do espaço urbano. Para Ribeiro (1997), agentes econômicos com melhor qualificação e poder aquisitivo detiveram os melhores locais para morar e especular a venda da terra desocupada. E este poder gera a segregação dos mais pobres por poder de terra.

Já a terceira causa relaciona-se às políticas estatais. Segundo Rolnik (1997) e Néri (2002), o governo pode gerar segregação através de leis de construção civil e zoneamento que são, sem dúvida alguma, uma forma cruel de segregação e divisão de grupos. Não se pode desprezar aqui o forte poder de articulação das classes mais favorecidas ao "delimitar" espaços privilegiados da ocupação urbana. Aquelas áreas de menor valor econômico, real ou potencial, são destinadas àqueles que possuem menor poder aquisitivo, em geral os migrantes. Esse é um dos fatores de criação de espaços segregados no meio urbano. Para Moraes Netto e Krafta (1999) esse processo de segregação urbana consiste no afastamento entre classes sociais pela produção de zonas de habitação segregadas. Identificam a segregação como uma incompatibilidade ou pouca sobreposição das redes sociais, que são criadas pelos indivíduos no espaço urbano.

Mesmo admitindo a segregação urbana como uma categoria qualitativa de análise, Moraes Netto e Krafta (1999) buscam estabelecer um modelo de mensuração do fenômeno. Assim, a identificação e posterior modelagem das redes sociais possibilitam "enxergar" a segregação social como componente do panorama social urbano.

No caso específico de São José dos Campos alguns bairros se caracterizam pela identificação de grupos de migrantes. São os casos, por exemplo, dos bairros Novo Horizonte, Santana e Torrão de Ouro. Esses bairros apresentam forte identidade com os contingentes de migrantes nordestinos (predominantemente baianos e pernambucanos), mineiros e paranaenses e gaúchos, respectivamente.

Conclusão

O presente trabalho buscou discutir a migração e a segregação social no município de São José dos Campos (SP). Considera que a cidade exerce uma função polarizadora do ponto de vista econômico, político, social, demográfico e cultural no Vale do Paraíba paulista. Dessa forma, exerce grande poder de atração de migração sobre as demais cidades da região e recebe contingentes populacionais em busca de oportunidades de emprego e estudo. Entretanto, a dinâmica do mercado de trabalho e a própria demanda por força de trabalho, orientadas pelo progresso

técnico em busca de maior produtividade, condiciona essa mesma demanda ao tamanho e à composição do produto gerado pela economia urbana.

Referências

BORJAS, G.J. (2000), The Economic Progress of Immigrants, in *Issues in the Economics of immigration*, edited by George J. Borjas, University of Chicago Press, pp. 15-49.

DA MATA, Daniel; OLIVEIRA, Carlos Wagner de A.; PIN, Cedric; RESENDE, Guilherme. **Quais características das cidades determinam a atração de migrantes qualificados?** Brasília: IPEA, 2007. Texto para Discussão.

GOLGHER, A.B., ROSA, C.H., ARAUJO JR., A.F., The Determinants of Migration in Brazil. Belo Horizonte: UFMG –CEDEPLAR, 2005. Texto para Discussão n. 268

HARRIS, J. R. e M. P. Todaro (1970). Migration, unemployment and development: a two sectors analysis. *American Economic Review*, vol. LX, n. 1, mar.

SOARES, W. (2002). *Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional*. Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto.

VALLADARES, L. e COELHO, M. (1987). "Pobreza urbana e mercado de trabalho: uma análise bibliográfica". In: *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*, n. 2. São Paulo, Anpocs/Córtex.

RIBEIRO, L. (1997). Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

ROLNIK, R. (1997). A cidade e a lei: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel/Fapesp.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Contexto, 1998.

NERI, J. (2002). Um século de política para poucos: o zoneamento paulistano 1886-1996. São Paulo, FAU-USP, tese de doutorado.

VALIM, Ana. Migrações: da perda da terra exclusão social. São Paulo: Atual, 1996.

